



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

9ª edição: Revisada, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA

Violência Doméstica

9ª edição: Revisada, atualizada e ampliada

SUMÁRIO

Trilha de Atualização

Título I - Disposições preliminares

1. Prólogo da LMP
 - 1.1 Case originador da LMP
 - 1.2 Tutela constitucional
 - 1.3 Tratados internacionais
 - 1.4 Objetivos da LMP
 - 1.5 Da [in]constitucionalidade da LMP
2. Alinhamento a princípios constitucionais
3. Mecanismo de interpretação da LMP

Título II - Da violência doméstica e familiar contra a mulher

Capítulo I - Disposições Gerais

- 1.1 Delimitação e incidência da LMP
- 1.2 Identificação dos sujeitos
2. Violação dos direitos humanos

Capítulo II - Das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher

Título III - Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar

Capítulo I - Das medidas integradas de prevenção

Capítulo II - Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar

Capítulo III - Do atendimento pela Autoridade Policial

1. Atribuição para o atendimento
2. Proteções especiais
3. Atribuições preliminares da autoridade policial
4. Atribuições específicas de polícia judiciária
5. Afastamento do agressor do lar
6. Monitoração eletrônica do agressor

Título IV - Dos Procedimentos

Capítulo I - Disposições Gerais

1. Aplicação subsidiária e complementar de outras normas
2. Competência dos JVDFM

- 2.1 Previsão constitucional
- 2.2 Regulamentação
- 2.3 Competência híbrida do JVDFM
 - 2.3.1 Competência material
 - 2.3.2 Competência territorial
- 2.4 Competência da Justiça Federal
- 2.5 Crime doloso contra a vida
- 2.6 Competência recursal
- 2.7 Inaplicabilidade da lei 9.099/1995
- 2.8 Competência nas MPU fora do contexto doméstico
- 3. Renúncia (retratação) à representação
- 4. Aumento do prazo decadencial
- 5. Vedação a penas pecuniárias
- 6. Sigilo acerca do nome da ofendida

Capítulo II - Das Medidas Protetivas de Urgência

Seção I - Disposições Gerais

- 1. Atribuições do juiz
- 2. Regramento da decretação da MPU
- 3. Alcance das medidas protetivas de urgência
- 4. Prisão preventiva
- 5. Notificação da ofendida

Seção II - Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor

Seção III - Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida

Seção IV - Do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência

- 1. Problemática geradora da necessidade do tipo especial
- 2. Objetividade jurídica
- 3. Objeto material
- 4. Sujeitos da infração penal
- 5. Tipo objetivo
- 6. Elemento subjetivo
- 7. Consumação
- 8. Tentativa
- 9. Pacote Antifeminicídio
- 10. Lei do Vicaricídio
 - 11.1 Circunstâncias majorantes
 - 11.2 Relação com o §7º do art. 22
- 12. Competência para arbitramento de fiança

- 13. Substituição da pena
- 14. Incidência da Lei 9.099/95
- 15. Conflito com o crime do art. 338-A do Código Penal
 - 15.1 Comparativo dos tipos penais
 - 15.2 Comparativo das medidas protetivas de urgência
 - 15.3 Conflito com a Lei Maria da Penha
 - 15.3.1 Contextualização
 - 15.3.2 Solução
- 16. Ação penal
- 17. Classificação jurídica

Capítulo III - Da atuação do Ministério Público

Capítulo IV - Da Assistência Judiciária

Título V - Da Equipe de Atendimento Multidisciplinar

Título VI - Disposições Transitórias

Título VII - Disposições Finais

- 1. Coparticipação de diversos entes
- 2. Compartilhamento de informações estatísticas
- 3. Registro de MPU
- 4. Dotação orçamentária
- 5. Obrigações complementares
- 6. Desnecessidade de comprovação de motivação ou condição da violência
- 7. Afastamento da Lei 9.099/1995
 - 7.1 Contornos da Lei 9.099/1995
 - 7.2 Consequências da incidência da LMP
- 8. Criação de nova hipótese de admissibilidade da prisão preventiva
- 9. Criação de nova agravante
- 10. Criação de nova qualificadora da lesão corporal
- 11. Programas de recuperação e reeducação
- 12. Publicação, “vacatio legis” e vigência da LMP